



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO Nº

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede e foro no Rio Grande do Sul, sito na rua São Luís, 77, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob nº 92.695.790/0001-95, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Presidente Engenheira Ambiental Nanci Cristiane Josina Walter, e a empresa inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 2024.000012775-3** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 16/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, QUE POSSUAM OUTORGA DA ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA DIGITAL ILIMITADA (TECNOLOGIA SIP E CLOUD PBX), NA MODALIDADE LOCAL, DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL – LDN E LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL – LDI, ORIGINÁRIOS DE TERMINAIS FIXOS, BEM COMO SERVIÇOS DE INTERNET FIBRA ÓPTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDE E INSPETORIAS DO CREA-RS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta do contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2. DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.2.1. Telefonia fixa digital e internet fibra óptica para Sede e Inspetorias do CREA-RS, com as seguintes características mínimas:

1.2.1.1. TELEFONIA E INTERNET PARA PRÉDIO SEDE DO CREA-RS: Serviços telefonia fixa digital, com franquia ilimitada, por meio de central telefônica IP SIP com o seguinte número chave: (Número Piloto: 5133202100 / Faixa de ramais: 2100-2299 / Sinalização SIP, 30 canais, ACESSO RTPC), com três linhas telefônicas de serviços 0800 (0800 510 2563 - Disque-segurança, 0800 510 2100 - Suporte ART, 0800 644 2100 - Ouvidoria), a ser fornecido para configuração na central telefônica existente no CREA-RS;

1.2.1.1.1. Informação: Atualmente utilizamos central sistema PABX IP ISSABEL (Open Source Asterisk), conforme informações do site <https://www.issabel.com/>

1.2.1.2. Link de Internet dedicado, com capacidade de no mínimo 30MB, para uso exclusivo do funcionamento da central telefônica IP SIP da Sede do CREA-RS;

1.2.2. LINK DE INTERNET DEDICADO 1GB OU SUPERIOR COM REDUNDÂNCIA E LINK BACKUP: Fornecimento de Link Principal de fibra óptica com velocidade mínima de 1GB (um gigabit) ou superior, com dupla abordagem e redundância (dois links de 1GB) fornecidos pela Contratada, em canais físicos distintos e instalação no local. A Contratada deverá subcontratar um terceiro link de fibra óptica de 1GB ou superior fornecido por outra empresa parceira/subcontratada (Empresa distinta da Contratada), qual servirá de backup de segurança. Os três links deverão ser entregues por canais físicos distintos, com instalação, equipamentos e suporte sob responsabilidade da Contratada. Todos os links deverão conter as características abaixo:

1.2.2.1. Prover conectividade à internet com transmissão full-duplex, ou seja, tráfego de entrada e de saída com mesma velocidade nominal do item 1.2.2.1;

1.2.2.2. A velocidade mínima de 95% (noventa e cinco por cento) da velocidade nominal do item 1.2.2.1;

1.2.2.3. Deverá possuir taxa de perda de pacotes menor ou igual a 1% (um por cento);

1.2.2.4. Deverá possuir latência máxima de 50 ms (do endereço da CONTRATANTE até a central da CONTRATADA);

1.2.2.5. O link principal, assim como, link de redundância e link de backup deverão ser entregues em equipamento próprio da CONTRATADA;

1.2.2.6. A CONTRATADA deverá configurar o chaveamento do link principal para o serviço de redundância;



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

1.2.2.7. Deverão ser disponibilizados 15 (quinze) endereços IP (V4) fixos em cada um dos links (Link principal, link redundante e link backup);

1.2.2.8. Deverá ser fornecida ferramenta web para monitoramento de tráfego e gestão de incidentes;

1.2.2.9. A CONTRATADA deverá fornecer pelo menos 1 (um) usuário/senha para acessar o portal de acompanhamento dos serviços;

1.2.2.10. A disponibilidade do serviço deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

1.2.2.11. A contratação do serviço de internet não deverá estar vinculada à contratação de outro serviço;

1.2.2.12. O tempo máximo de recuperação do circuito, em caso de interrupção não causada pelo CREA-RS, deverá ser de 4 horas, a contar do momento de comunicação do problema à operadora.

1.2.3. TELEFONIA PARA 44 INSPETORIAS DO CREA-RS: Serviços de telefonia fixa digital CLOUD PBX (Telefonia IP em nuvem), composta por 88 (oitenta e oito) licenças básicas de telefonia fixa CLOUD PBX (IP EM NÚVEM), sendo duas licenças (linhas) para cada Inspeção do CREA-RS, com franquia ilimitada, para ligação e recepção de chamadas entre telefones Fixo/Fixo e Fixo/Móvel local e interurbano intrarregional, inter-regional e internacional, com fornecimento de aparelhos telefônicos IP em comodato (02 aparelhos IP por inspeção);

1.2.3.1. Aparelhos telefônicos IP básico - em comodato – características mínimas:

1.2.3.1.1. Possuir homologação da Anatel.

1.2.3.1.2. Ser homologado com o sistema de telefonia IP utilizado na nuvem.

1.2.3.1.3. Deve permitir acesso a todas as facilidades / funções do PABX em nuvem.

1.2.3.1.4. Áudio HD com redução de ruído, no viva-voz e no fone.

1.2.3.1.5. Tela com resolução mínima de 192x48 pixels.

1.2.3.1.6. Suportar fone de ouvido sem fio EHS.

1.2.3.1.7. Suportar os codecs G.711a/u, G.722, G.729AB.

1.2.3.1.8. Deve suportar cancelamento de eco.

1.2.3.1.9. Deve possuir 4 teclas programáveis.

1.2.3.1.10. Deve possuir 10 teclas de função (Retornar/Transferir/Conferência/Configurações/Mensagens/ Volume +/-) sendo as 3 de áudio (Mute/Fone de ouvido/Viva Voz) com LED indicador.

1.2.3.1.11. Suportar ângulo ajustável de 45° e instalação em parede.

1.2.3.1.12. Deve possuir 02 interfaces de rede RJ-45 10/100/1000.

1.2.3.1.13. Função PoE (IEEE 802.3af) registra como dispositivo de classe 1.

1.2.3.1.14. Suporte aos protocolos SIP, TLS, SRTP, LLDP-MED, QoS, IEEE 802.1Q, HTTPS.

1.2.3.1.15. Devem ser fornecidos com fonte de alimentação AC 100V-240V.

1.2.4. LINK INTERNET BANDA LARGA EM FIBRA ÓPTICA - PARA 44 INSPETORIAS DO CREA-RS: Serviços de internet fibra óptica, com capacidade mínima de 500MB e IP fixo/estático (V4), com fornecimento em comodato de equipamento modem com *wi-fi*, a serem instalados para uso nas Inspetorias do CREA-RS;

1.2.5. Descrição dos serviços:

1.2.5.1. A solução de telefonia fixa proposta compreende hardware, software e serviços e deve ser feito com o fornecimento, instalação, configuração e testes de todos os equipamentos e meios de transmissão necessários;

1.2.5.2. Os serviços de telefonia fixa serão ilimitados sem cobrança de tarifação por ligações, com exceção das linhas 0800 que são cobradas por tarifação, e no caso de ligações internacionais excepcionais;

1.2.5.3. A contratada deverá providenciar as instalações e configurações dos serviços de telefonia *Cloud PBX* (em nuvem), bem como fornecimento, instalação e configurações de aplicativos softphones, realizando os treinamentos que se fizerem necessárias para utilização dos serviços de telefonia e seus equipamentos, em cada localidade das inspetorias do CREA-RS.

1.2.5.4. Os serviços de internet deverão possibilitar acesso à internet, sem qualquer limitação de volume de tráfego.

1.2.5.5. Caso a disponibilidade verificada pelo CREA-RS seja inferior ao estipulado em contrato, a fatura deverá ser descontada proporcionalmente;



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

- 1.2.5.6.** O serviço não pode apresentar limitação de “franquia” na quantidade de dados trafegados, nem filtro de conteúdo (*traffic-shaping*, etc);
- 1.2.5.7.** A velocidade instantânea não poderá ser inferior a 40% (quarenta por cento) da velocidade contratada;
- 1.2.5.8.** A velocidade média mensal não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da velocidade contratada;
- 1.2.5.9.** Todos os serviços e equipamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e especificações técnicas estabelecidas pelos órgãos e agências reguladoras do Governo Federal. As taxas de download e upload deverão corresponder pelo menos ao mínimo estipulado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- 1.2.5.10.** A gestão do funcionamento do serviço será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- 1.2.5.11.** A CONTRATADA será responsável pela execução dos serviços necessários à instalação, configuração e manutenção do serviço, respeitando os padrões de arquitetura e instalações utilizados na CONTRATANTE.
- 1.2.5.12.** Qualquer manutenção de serviço que acarrete em sua indisponibilidade deverá ser comunicada à CONTRATANTE com antecedência mínima de 24h e realizada fora do horário comercial (08:00 - 18:00);
- 1.2.5.13.** A CONTRATANTE somente arcará com os custos das mensalidades dos serviços prestados. Os demais serviços como instalação, meio (s) de transmissão e equipamento(s), não deverão acarretar custos adicionais. O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser fornecido(s) em regime de comodato.
- 1.2.5.14.** Todos os equipamentos tipo modem fornecidos pela contratada deverão ser acessíveis via “ping”, para monitoramento da disponibilidade do sinal.
- 1.2.5.15.** Todos os equipamentos tipo modem fornecidos pela contratada deverão possuir total compatibilidade com modo “bridge”, possuindo ao menos uma porta LAN e uma WAN;
- 1.2.5.16.** Os serviços de internet fibra óptica deverão ser disponibilizados com IP (V4) fixo. Os equipamentos de internet fornecidos pela contratada, deverão possuir conexão com fio e wi-fi;
- 1.2.5.17.** As instalações deverão ser realizadas dentro do horário compatível com expediente do CREA-RS, sendo de segunda a sexta feira, das 09horas até 17horas;
- 1.2.5.18.** Eventuais mudanças de logradouro serão comunicadas à empresa contratada com antecedência, e os procedimentos de mudança do serviço deverão ser providenciados o mais breve possível, evitando interrupção na prestação dos serviços;
- 1.2.5.19.** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, nos termos do Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 1.2.5.20.** O suporte técnico e a manutenção dos serviços, redes e linhas utilizadas nesta contratação serão de responsabilidade exclusiva da Contratada. O suporte da Contratada deverá disponibilizar acesso a canais de atendimento (telefônico e eletrônico) para abertura de chamados, consultas e envio de arquivos para análise durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias no ano durante todo o período da contratação;
- 1.2.5.21.** A manutenção dos aparelhos cedidos (para utilização dos serviços contratados) será de responsabilidade da contratada;
- 1.2.5.22.** A Contratada deverá prestar Suporte Técnico aos usuários, referente aos serviços contratados de Telefonia e internet, por meio de canal de atendimento telefônico (0800) bem como e-mail e sistema de abertura de chamados, disponível diariamente em horário comercial;
- 1.2.5.23.** A Contratada deverá disponibilizar via sistema de gestão de contas da contratada, para acesso do contratante via login e senha pelo fiscal do contrato, para consulta, conferência, gestão de contas, abertura de chamados, suporte técnico e impressão do faturamento mensal;
- 1.2.5.24.** O faturamento mensal, disponibilizado pela contratada via sistema de gestão de contas, deve ser disponibilizado com prazo de no mínimo 10 dias de antecedência do vencimento.
- 1.2.5.25.** O faturamento deverá ser unificado, conforme a necessidade do Contratante, devendo ser um faturamento com a totalização dos serviços da Sede (telefonia SIP e Internet Sede), e outro faturamento com os serviços prestados para todas as Inspetorias (Telefonia Cloud PBX e fibra óptica).
- 1.2.5.26. Upgrade dos serviços de telefonia e internet:** Conforme a necessidade do Conselho, todos os serviços deste objeto poderão ser negociados entre as partes, visando a possibilidade de upgrade, aumento de capacidades, velocidades, quantitativos e disponibilidades, visando a correção ou melhoria dos serviços prestados em atendimento



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

das necessidades do CREA-RS, desde que solicitados pelo CONTRATANTE, negociado com aceite da CONTRATADA, comprovando preço de mercado e vantagem para o Conselho.

1.3. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

1.3.1. O objeto desta contratação será recebido após a avaliação do fiscal do contrato.

1.3.2. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas para realização das atividades descritas no termo de referência e edital tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.

1.3.3. Se constatadas irregularidades na execução do objeto contratual o CREA/RS poderá rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua correção integral, ou parcial, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

1.3.4. A contratada deverá respeitar as normas estabelecidas pela ANATEL relativas à portabilidade numérica de forma que, na data de assinatura do respectivo contrato e de acordo com as localidades, seja mantida a numeração que identifique os atuais acessos telefônicos do CREA-RS.

1.3.5. A contratada deverá assegurar ao CREA-RS a manutenção da numeração atualmente em uso, conforme as normas de portabilidade da ANATEL, inclusive na hipótese de serem disponibilizados novos acessos, ao término do contrato ou na hipótese de sua rescisão.

1.3.6. O método ou tecnologia de interconexão poderá ser fibra óptica ou qualquer outro meio tecnológico disponível que garanta disponibilidade, confiabilidade e segurança, devidamente homologado pela ANATEL.

1.3.7. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e de Saída serão fornecidos pela Contratada, sem ônus de qualquer natureza para o Contratante.

1.3.8. A contratada será responsável por fornecer e executar a manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e facilidades que forem necessários à realização dos serviços constantes no objeto deste termo de referência, instalados em dependências do CREA-RS, sem nenhum ônus para a Administração.

1.3.9. Caberá a contratada, além do cumprimento às disposições da Lei nº 9.472/1997, da respectiva concessão da ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem executados, prestar os serviços conforme as metas de qualidade estipuladas pela ANATEL, em especial no que diz respeito ao encaminhamento das chamadas, obtenção do sinal de discar, sucesso na realização da comunicação com o destino e qualidade da transmissão.

1.3.10. No que se refere aos serviços de instalação, ativação e/ou manutenção:

1.3.10.1. Todos os custos relacionados com materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra, destinados à instalação, ativação, manutenção e prestação dos serviços propriamente ditos, serão suportados exclusivamente pela contratada;

1.3.10.2. Conforme as necessidades operacionais do CREA-RS, a ativação dos serviços poderá ser realizada em finais de semana e/ou feriados, ou ainda, em horário noturno, desde que combinado e aceito pelo CREA-RS.

1.3.10.3. Todo acesso às instalações do CREA-RS por pessoal técnico da contratada, ou por seus prepostos, deverá ser previamente autorizada pelo fiscal do contrato.

1.3.10.4. Manutenções e/ou intervenções nos serviços, quando necessária programação, deverão ser autorizadas pelo CREA-RS e solicitadas com antecedência, para acordos de dia, horário e duração.

1.3.10.5. Qualquer manutenção e/ou intervenção que implique em inoperância dos serviços ou alteração nas suas características, deverá ser agendada e acordada previamente com o CREA-RS, exceto quando estas se tratarem de emergência. Neste último caso, a contratada deverá informar aquilo que foi realizado na solução da emergência, tão logo seja identificado.

1.3.11. A contratada deverá colocar à disposição do CREA-RS uma central de atendimento especializado, acessível por meio de um número telefônico único, não tarifado, para registros dos chamados, operando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos feriados e finais de semana.

1.3.12. Além de propiciar o esclarecimento de eventuais dúvidas, a central de atendimento especializado da contratada deverá manter um sistema de registro e acompanhamento dos chamados efetuados, compreendendo todas as fases (do registro a solução), permitindo, inclusive, o acesso a essas informações pelo CREA-RS.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

1.3.13. Os serviços contratados deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos feriados e finais de semana.

1.3.14. As inoperâncias e/ou indisponibilidades dos serviços, no todo ou em parte, que não sejam de responsabilidade do CREA-RS, deverão ensejar em descontos, providenciados automaticamente pela contratada indiferente da solicitação do contratante, na fatura correspondente aos serviços não prestados, proporcionais ao tempo da sua não prestação, exceto na hipótese de terem sido previamente e formalmente acordadas com o CREA-RS.

1.3.15. Em caso de falha e/ou inoperância de qualquer sistema, enlace e/ou equipamento, que impacte na prestação dos serviços, a contratada deverá abrir uma ocorrência técnica, independente da solicitação do CREA-RS e dar ciência da execução dos reparos, na hipótese de ser requerido.

1.3.15.1. As solicitações de reparos por falhas ou defeitos na prestação do serviço devem ser atendidas em até 4 (quatro) horas, contadas do recebimento da solicitação.

1.3.16. Os acessos devem permitir originar chamadas nas modalidades local, longa distância nacional e eventuais ligações internacionais.

1.3.17. Na hipótese, da ANATEL determinar a redução de tarifas, de maneira análoga, a CONTRATADA deverá repassar à CONTRATANTE, a partir da mesma data-base, as tarifas reduzidas;

1.3.18. Os reajustes de tarifas determinados pela ANATEL, que reflitam em alteração no objeto contratado, devem ser comunicados à CONTRATANTE, por meio de documento oficial expedido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO, LOCAL E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo para instalação dos serviços é de até 30 dias após a assinatura do contrato, podendo este ser prorrogado desde que justificado pela CONTRATADA e devidamente aceito pelo CONTRATANTE.

3.2. As instalações deverão ser realizadas dentro do horário compatível com expediente do CREA-RS, sendo de segunda a sexta feira, das 9h até 17h.

3.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade e uso contínuo dos serviços de telecomunicações deste objeto, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a necessidade de diluição dos custos pelo fornecimento de equipamentos em comodato.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1. O valor da contratação segue na tabela abaixo:



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT. DE CANAIS	UNIDADE	VALOR MENSAL
1	SEDE CREA-RS - CENTRAL SIP TELEFONIA FIXA ILIMITADA - CENTRAL SIP SEDE (30 CANAIS)	30	Mensal	

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT.	UNIDADE	VALOR MENSAL
2	SEDE CREA-RS - INTERNET - LINK DEDICADO 30MB - PARA SEDE DO CREA-RS (USO NA CENTRAL SIP)	01	Mensal	

ITEM	SEDE CREA-RS - SERVIÇOS TELEFONIA DDG (0800) - 03 LINHAS - TELEFONIA TARIFADA - CUSTO MENSAL (CONSIDERANDO AS 03 LINHAS)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DO MINUTO POR LINHA	VALOR MENSAL (3 LINHAS)
3	3.1. Mensalidade	Mensal	3 linhas	-	R\$
	3.2. FIXO - FIXO LOCAL	Minuto	300	R\$	-
	3.3. FIXO - MÓVEL LOCAL (VC1)	Minuto	600	R\$	-
	3.4. FIXO - FIXO LDN (INTER/INTRA)	Minuto	100	R\$	-
	3.5. FIXO - MÓVEL (VC2, VC3)	Minuto	400	R\$	-

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT.	UNIDADE	VALOR MENSAL POR INSPETORIA
4	44 INSPETORIAS - SERVIÇOS TELEFONIA FIXA CENTRAL CLOUD PBX (EM NÚVEM) - CUSTO MENSAL 44 INSPETORIAS - com fornecimento de 02 licenças/linhas e 02 aparelhos telefônicos IP em comodato para cada Inspeção (totalizando 88 licenças e aparelhos)	44 INSPETORIAS	Mensal	

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT.	UNIDADE	VALOR MENSAL POR INSPETORIA
5	44 INSPETORIAS - SERVIÇOS DE INTERNET - BANDA LARGA 500MB EM FIBRA ÓPTICA COM IP FIXO (V4) - CUSTO MENSAL 44 INSPETORIAS	44 INSPETORIAS	Mensal	



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT.	VALOR MENSAL
6	SEDE CREA-RS - INTERNET - LINK DEDICADO 1GB COM REDUNDÂNCIA E LINK BACKUP - PARA SEDE DO CREA-RS (INTERNET SERVIDORES E PREDIO SEDE)	01	

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis, após o recebimento do faturamento dos serviços prestados, e mediante aceite do objeto pelo fiscal do contrato.

5.2. O faturamento deverá ser encaminhado ao Setor de Liquidações, através do e-mail contratos@crea-rs.org.br, para o recebimento, análise e atesto pelo fiscal do contrato.

5.3. A contratada deverá manter-se regular, durante toda vigência contratual, com toda a documentação de sua habilitação exigida quando da contratação. Além da regularidade junto a CEF, efetuada por intermédio do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, deverá ainda ser comprovada a manutenção da regularidade dos débitos trabalhistas e dos tributos federais, estaduais e municipais do Contratado, sob pena de não serem liberados os pagamentos.

5.4. O faturamento encaminhado pela CONTRATADA deverá conter:

5.4.1. Faturamento (Fatura / Nota Fiscal de Serviços de Telecomunicações com código de barras) emitida pela contratada, faturamento agrupado, discriminando individualmente os consumos por número de linha, indicando no mínimo: número da linha, destino, data, horário, duração, consumo, custos unitário e total dos serviços.

5.4.2. Nos faturamentos somente poderão constar os serviços descritos no respectivo ITEM, não sendo admitidos e aceitos serviços e/ou facilidades acessórias, a exemplo de auxílio à lista, doações, provedores de acesso, promoções, leilões, etc. Para tanto, a Licitante Contratada estará previamente autorizada a efetuar os bloqueios julgados necessários nos seus sistemas de gestão e controle, de forma que impeçam a eventual utilização indevida por parte do usuário final.

5.4.3. Os faturamentos mensais deverão ser disponibilizados via sistema de gestão de contas da operadora, para acesso via login e senha pelo fiscal do contrato, para consulta, conferência e impressão do faturamento, disponibilizadas com prazo de no mínimo 10 dias de antecedência do vencimento (conforme Art. 76 da Resolução nº 632/2014 da Agência Nacional de Telecomunicações). Na impossibilidade de disponibilização via sistema de contas da operadora, o faturamento mensal deverá ser encaminhado para à Gerência Administrativa do CREA-RS, através do e-mail contratos@crea-rs.org.br, encaminhadas com prazo mínimo de 07 dias de antecedência do vencimento.

5.4.4. Após a conferência do fiscal de contrato, em caso de divergência de valores, cobranças indevidas ou qualquer outra incorreção, o faturamento será devolvido para correções e justificativas da operadora, devendo seu prazo de vencimento ser prorrogado, no mínimo 05 dias após envio da correção, sem qualquer prejuízo, juros ou multa ao CREA-RS.

5.4.5. O não pagamento do faturamento até a data de vencimento, desde que não enquadrado no item 4.3.3, estará sujeito a multa de 2%, juros de 1% ao mês e atualização monetária (IGP-DI);

5.4.6. Os pagamentos sofrerão a incidência da Instrução Normativa SRF nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP;

5.4.6.1. Caso a empresa seja optante pelo Simples, esta deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal uma declaração conforme modelo contida na Instrução Normativa SRF nº 1234/2012 (**ANEXO II** do Edital).

5.4.7. Os pagamentos sofrerão também incidência da Lei Complementar 306/1993, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), quando for o caso;



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

5.4.8. Havendo erro na apresentação do faturamento, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficara sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus ao CREA-RS.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou aditivo.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.5. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, mediante atesto recebimento dos serviços prestados pelo fiscal de contrato.

6.6. O fiscal de contrato deverá informar ao gestor do contrato eventuais falhas quando da prestação dos serviços pela contratada.

6.7. O gestor do contrato, com base nas informações encaminhadas pelo fiscal de contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.8. A execução dos serviços contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. Será fiscal do presente contrato _____, matrícula nº _____

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

7.2. O orçamento estimado pela Administração foi definido em **07/01/2025**, data da primeira assinatura do Termo de Referência que contém a tabela média de orçamentos estimados;

7.3. Poderá haver reajuste com periodicidade inferior, se assim vier a ser determinado pela ANATEL;

7.4. Os valores a serem pagos poderão ser reajustados mediante requerimento instruído da Contratada, por meio da aplicação do percentual acumulado no período de índice divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

7.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento ou termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

- 8.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado;
- 8.09. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica necessários para o cumprimento do objeto contratado, sem ônus para contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. A contratada compromete-se cumprir fielmente a Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos e condições a seguir relacionados:
- 10.1.1. A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS;
- 10.1.2. A empresa CONTRATADA obriga-se a manter os Dados Pessoais a que tiver acesso em sigilo, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a protegê-los contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão ("Tratamento não Autorizado ou Incidente"), bem como a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer elementos de dados pessoais que passe a ter acesso a partir da assinatura deste termo, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o término da finalidade para a qual foram coletados.
- 10.2. A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:
- 10.2.1. Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato;
- 10.2.2. Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial;
- 10.2.3. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins exclusivos do presente Contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta;
- 10.2.4. Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas ou acordadas com o CREA-RS;
- 10.2.5. Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis;
- 10.2.6. Conservar os dados apenas durante o período da contratação. Quando da finalização da contratação, a empresa CONTRATADA poderá manter os dados pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade;



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

- 10.2.7. Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada;
- 10.2.8. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade;
- 10.2.9. Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste termo, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares;
- 10.2.10. Os dados coletados poderão estar armazenados em ambiente seguro e controlado pela empresa CONTRATADA, ou de terceiro por ele contratado desde que este terceiro assuma, por escrito, as mesmas responsabilidades em relação a proteção de dados assumidas pela empresa CONTRATADA, não podendo guardar, armazenar ou reter os dados por tempo superior ao prazo legal;
- 10.2.11. A empresa CONTRATADA se compromete a devolver ou excluir os Dados que vier a ter acesso, em até 30 (trinta) dias, nos casos em que (i) o CREA-RS solicitar; (ii) o contrato não for renovado ou, se renovado, for rescindido;
- 10.2.12. A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação;
- 10.2.13. O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito;
- 10.2.14. A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor;
- 10.2.15. A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- 11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas, ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.1.2.”, “11.1.3” e “11.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.1.5”, “11.1.6”, “11.1.7” e “11.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.4. Multa:



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

- 11.2.4.1. Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (quando solicitado na contratação);
- 11.2.5. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.2.6. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “11.1.5.” a “11.1.8.” do subitem 11.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.
- 11.2.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “11.1.3.” do subitem 11.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.
- 11.2.8. Para infração descrita na alínea “11.1.2.” do subitem 11.1, a multa será de 7% a 10% do valor do Contrato.
- 11.2.9. Para infrações descritas na alínea “11.1.4.” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 7% do valor do Contrato.
- 11.3. Para a infração descrita na alínea “11.1.1.” do subitem 11.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 11.3.1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.2. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.3.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.4.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.7. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luís, 77 - Porto Alegre/RS - 90620-170 - Telefone: (51) 3320-2100
www.crea-rs.org.br

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto contratual, em especial para os serviços de internet banda larga em fibra para as inspetorias, para eventual não abrangência de ponto de instalação da internet pela operadora contratada, em algum dos municípios de localização de nossas Inspetorias, limitado a 25% do total de instalações solicitadas, ou até o percentual limite permitido por lei.

12.2. A subcontratação deverá ser comunicada pela Contratada e autorizada previamente com o Contratante, e não afasta a responsabilidade da prestação dos serviços pela Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes dos serviços prestados, referentes a presente licitação, correrão, por conta da dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.09.036.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O contrato deverá ser assinado eletronicamente pela licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da sua disponibilização no sistema eletrônico de Informação, SEI, nos termos do Decreto nº 8.539/2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico na realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

15.1.1. Para poder efetivar as assinaturas eletrônicas, a licitante vencedora deverá estar cadastrada no sistema eletrônico de Informação do Crea-RS;

15.1.1.1. Caso não possua o referido cadastro, será enviado *weblink* de página da internet, para o endereço de correio eletrônico, e-mail, do responsável pela assinatura do contrato, como forma de se implementar a assinatura eletrônica;

15.2. O edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2025.